

**A “RAÇA” BRASILEIRA E A NACIONALIDADE ENTRE O OTIMISMO E O
PESSIMISMO NO PENSAMENTO DE DOIS INTELECTUAIS DA FAMÍLIA
PRADO**

Flávio Raimundo Giarola

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG

flaviogiarola@yahoo.com.br

Introdução:

Eduardo Prado (1860-1901) e Paulo Prado (1869-1943) foram, sem dúvida, os principais intérpretes da nacionalidade da família Prado, no final do século XIX e no começo do século XX. Conforme Darrel L. Levi (1977, p. 220), tio e sobrinho, respectivamente, tentaram reavaliar as influências culturais estrangeiras no Brasil e, assim, acabaram atacando a imitação de modelos e a distorção do que viam como “realidade brasileira”.

Ambos também dedicaram linhas à questão “racial” no Brasil, sobretudo com relação à influência da mestiçagem na sociedade. Inseriram-se, desta forma, em uma tradição que remontava ao naturalista alemão Karl von Martius (1794-1868), considerado pioneiro na definição da nação brasileira como resultado de um processo de misturas entre três populações distintas. Entretanto, a avaliação de Eduardo e de Paulo com relação às mesclas ocorridas entre a tríade formadora da nação teve feições opostas, marcada por um otimismo no primeiro e um acentuado pessimismo no segundo.

Para Eduardo Prado, as mesclas raciais representaram um triunfo nos trópicos, um degrau necessário para a adaptação do português ao território hostil. Olhando pela ótica do determinismo geográfico, Eduardo acreditava que uma dose de sangue indígena, principalmente, era essencial para o fortalecimento do europeu em um clima e em um solo adverso daquele de origem. Já Paulo Prado, apesar de reconhecer a importância das misturas étnicas para a colonização do país, não deixou de elencar as

mestiçagens como um dos fatores responsáveis pelo surgimento de um “povo triste”, tema de sua mais famosa obra, *Retrato do Brasil* (1928).

Portanto, o presente artigo procura esmiuçar as ponderações de Eduardo e de Paulo Prado com relação à mestiçagem no Brasil, com vista a entender a distância entre a visão otimista do primeiro e a visão pouco animadora do segundo. Ao mesmo tempo, procura-se entender as influências que Eduardo, mais velho, teve no pensamento de Prado, mesmo que as conclusões possam ter seguido perspectivas opostas.

O “triunfo nos trópicos” e a mestiçagem positiva em Eduardo Prado

Eduardo Prado nasceu em 27 de fevereiro de 1860, em um amplo solar da rua da consolação, em São Paulo (MOTTA FILHO, 1967, p. 05). A intimidade do escritor com o ambiente das letras vinha desde sua juventude, em decorrência do papel exercido por sua mãe entre os intelectuais da capital paulista. Dona Veridiana Prado (1825-1910) fez de sua chácara e de sua mansão importantes pontos focais da vida social e intelectual em São Paulo.

Foi nesse contexto que Eduardo Prado pôde formar um círculo de amizades amplo e diversificado. Destacavam-se monarquistas famosos como Joaquim Nabuco (1849-1910), Barão do Rio Branco (1845-1912), Afonso Celso (1860-1938), Theodoro Sampaio (1855-1937), Afonso Arinos (1868-1916); escritores de notoriedade como Eça de Queiroz (1845-1900), Machado de Assis (1839-1908), Rui Barbosa (1849-1923) e Capistrano de Abreu (1853-1927); e homens de ciência como Orville Derby (1851-1915).

Após a proclamação da República, Eduardo posicionou-se do lado monarquista e católico, combatendo com empenho a nova instituição que havia, ao mesmo tempo, deposto o imperador e quebrado o laço existente entre Igreja e Estado. Foi neste contexto que, em 1893, publicou sua obra mais famosa, *A Ilusão Americana*, uma crítica contundente à República brasileira e às influências dos Estados Unidos na América Latina. “Para Eduardo, assim como para muitos brasileiros da elite encharcados de cultura europeia, a cultura norte-americana era im procedente e aparentemente inexplicável” (LEVI, 1977, p. 227).

As interpretações mais contundentes de Prado sobre a formação racial do Brasil, contudo, viriam no começo do século XX,¹ quando o mesmo se envolveu em uma polêmica com Luiz Pereira Barreto (1840-1923). Ao contrário de Prado, Barreto era positivista e crítico ferrenho da Igreja Católica. Em 1865, voltou da Europa persuadido pelas ideias de Comte, tornando-se um dos principais divulgadores do seu pensamento no Brasil. Participou da *Sociedade Positivista* e fez uso constante da imprensa como meio de disseminação das ideias que defendia (LINS, 1967, p. 58). Foi assim que, em 25 de abril de 1901, publicou n’*O Estado de São Paulo* um artigo intitulado *O século XX sob o ponto de vista brasileiro saudação à classe de engenheiros*. Nele, exaltava as belezas naturais do Brasil, ao mesmo tempo em que criticava o atraso de seu povo.

As teorias de Luiz Pereira Barreto eram, em parte, inspiradas em uma percepção da natureza consolidada por autores brasileiros e viajantes estrangeiros na primeira metade do século XIX. Segundo Flora Sussekind, trabalhava-se com certa imagem prévia do Brasil, em contraste com o Brasil cotidiano, na qual a essência da nacionalidade é identificada nas suas belezas naturais e nas suas regiões paradisíacas (1990, p. 33).

Para Márcia R. C. Naxara, impressiona, nos escritos sobre o Brasil desse período, a facilidade como os homens em geral, estrangeiros ou brasileiros, se encantaram com a natureza – representada como exótica, bela, poderosa, potente – e, na mesma medida, nutriram sentimento contrário em relação à população que a habitava – representada como selvagem, desinteligente, inferior. “Uma natureza magnífica, uma história desencantada” (2004, p. 294). Esse tipo de discurso estava relacionado ao determinismo mesológico, que teve como principal referência, no Brasil, as ideias do inglês Henry Thomas Buckle (1821-1862). Em suas teorias, o naturalista afirmava que, nos países quentes e de solo fértil, a sobrevivência seria facilitada pelos elementos naturais extremamente generosos, de forma que o homem não se sentiria estimulado a desenvolver suas energias individuais e sua capacidade de trabalho (MURARI, 2009, p. 75).

¹ Em 1897, Eduardo Prado já havia abordado questões sobre a formação do Brasil em seu texto para um evento em honra ao tricentenário de Anchieta, que acabou não ocorrendo por conta do contexto conturbado da República durante os conflitos de Canudos.

O texto de Barreto, entretanto, enfurecia Prado, pois, além de reiterar as formulações que exaltavam as vantagens naturais do Brasil, afirmava que o não aproveitamento desses benefícios era decorrente do misticismo religioso. Deste modo, a extrema religiosidade do povo brasileiro impedia que o homem usufruísse das facilidades propiciadas pelo meio ambiente.

Indignado com as palavras de Barreto, Eduardo Prado fez uso de seu jornal, *O Comércio de São Paulo*, para publicar o artigo *O Dr. Barreto e a Ciência: Caso curioso de intolerância religiosa no século XX*, em 16 de maio de 1901. Inicialmente, apontou diversos equívocos do autor quanto ao clima e à geografia do Brasil. O país não poderia ser identificado nem como um paraíso climático nem como uma terra onde as características geográficas fossem sempre favoráveis para o desenvolvimento do homem. Dizia que seu adversário, momentaneamente tomado de entusiasmo unilateral, queria fazer uma apologia e pintar as vantagens naturais do Brasil num quadro sem sombra, e, portanto, falso (16/05/1901, p. 01). Afirmava que a noção de que o país possuía imensas riquezas era originada de uma vaidade ignorante, a mais falsa e enganadora das ilusões. Tal atitude mostrava desconhecimento da nação como um todo, principalmente de suas regiões interioranas, nas quais a imagem de um paraíso terreno não se aplicava.

Ao sintetizar os argumentos de Barreto, Prado declarou que o Brasil idealizado por este era o mais rico, o mais favorecido, o mais fácil para a vida de todos os países da terra. Por outro lado, seu povo nada fazia, por viver atrasado, atado, paralisado, desinteressado das coisas do mundo, “porque está enfeitiçado pela preocupação da outra vida e do sobrenatural” (16/05/1901, p. 2).

Em contrapartida, defendia que o território nacional era permeado por dificuldades e que, diante disto, a “raça” nacional havia conseguido êxitos inimagináveis:

pensamos que o nosso clima, o nosso solo, a nossa situação geográfica, o conjunto, enfim, das nossas condições naturais, oferecem, como as de todos os países do mundo, e mais ainda que as de alguns, dificuldades e resistências, contra as quais temos reagido durante três séculos com sucesso notável, conservando nessa resistência de nossa raça contra as forças

externas, o equilíbrio instável das íntimas energias de nosso ser, que, nos povos, como nos indivíduos, é o que se chama a vida (16/05/1901, p. 2).

Portanto, a negação de um ufanismo exagerado das belezas naturais do Brasil não significava um pessimismo quanto à capacidade de desenvolvimento do homem no meio ambiente hostil. Prado acreditava no determinismo geográfico, baseando-se nos pressupostos do francês Hippolyte Taine (1828-1893) de que o comportamento humano se resumiria a três fatores: a “raça”, o meio e o momento. Entretanto, ao contrário do que muitos teóricos deterministas apontavam, dizia que as dificuldades encontradas em terras brasileiras teriam favorecido o surgimento de uma “raça” forte e adaptada aos trópicos. O que sobressai em seus escritos é o fato de que não haveria uma influência invencível do meio sobre a “raça”. Pelo contrário, era a resistência constante desta última sobre o ambiente natural adverso que a fortalecia. Por isso, Eduardo Prado concluiu que de “todos os agrupamentos civilizados na zona tropical, podemos dizer, com desvanecimento, que somos o mais próspero” (16/05/1901, p. 02).

Qual seria, no entanto, a explicação para esse sucesso fenomenal do português sob o meio tropical? Para Prado, a resposta estava na intensa “mistura racial” com o indígena, que possibilitou uma adaptação perfeita ao clima tórrido e à geografia desfavorável. Essa miscigenação fora possível devido ao catolicismo que, ao enviar os jesuítas para as terras brasílicas, impediu a total destruição do índio, elemento chave na formação da nacionalidade:

Sem esta preservação do elemento autóctone, não se poderia ter dado o cruzamento; e foi o cruzamento, em larguíssima escala, que tornou possível o grande fato etnográfico da aclimação e do estabelecimento dos brancos na zona tropical, com o caráter permanente de um povoamento de que surgiu a nacionalidade. Foi uma grandiosa luta e que teve um grandíssimo resultado: a formação do Brasil (16/05/1901, p. 02).

Em oposição à afirmação de Barreto, Eduardo Prado tentava mostrar que, na verdade, a participação do catolicismo para a formação da população nacional fora benéfica. Seria o fator religioso o responsável pelo “cruzamento” incessante entre as

“raças”, sobretudo entre indígenas e brancos, o que seria determinante para o surgimento de uma “raça forte” frente ao clima e ao meio hostis.

A polêmica voltou a ocupar um espaço considerável no periódico na edição de 19 de maio de 1901. Prado questionava a resposta de Barreto, dada um dia antes, em artigo publicado n’*O Estado de São Paulo* sob o título *O Século XX e o Sr. Dr. Eduardo Prado*. Luiz Pereira Barreto atacara a afiliação política de Eduardo Prado, declarando-se republicano e acusando o rival de inimigo da pátria. Prado, por seu turno, afirmou que Barreto estava furtando-se a responder as “retificações numerosíssimas que tivemos de fazer a tantas de suas variadas afirmações geográficas, econômicas e sociais” (19/05/1901, p. 01).

De volta à polêmica, Prado devolvia o insulto de “não patriota” para o Dr. Barreto, pois fora este quem insultara toda a “raça” brasileira e portuguesa, chamando-a de inibida, imbecil, incapaz, idiota. “E depois vem dizer que é patriota. Pintou-nos, a nós, brasileiros, e aos nossos maiores, como uns cretinos incapazes de aproveitar esta terra maravilhosa, única onde tudo são facilidades, grandezas e riquezas” (PRADO, 19/05/1901, p. 01). Em seguida, expunha novamente sua ideia central, a de que o Brasil teria sido um “triunfo nos trópicos”, perfeitamente adaptado e sobrevivente das intempéries climáticas e geográficas:

Encontramos dificuldades e obstáculos de que a nossa energia triunfou. Nesta zona tropical, que se dizia inabitável, levantamos a nossa tenda, e sob o céu desta terra nova cresceu e multiplicou-se a nossa raça, com a força e a fecundidade das plantas vivas que deitam raízes fundas e estendem longe a verdura das suas frondes. (19/05/1901, p. 01).

Em 22 de maio de 1901, outro artigo no periódico dava prosseguimento à polêmica, desta vez com o título *O Dr. Barreto sem ciência*. Menos explicativo que os artigos anteriores, este se incumbia de refutar a acusação de que Prado havia fugido do debate, feita por Barreto novamente n’*O Estado de São Paulo*. Insistia nos argumentos de seus outros artigos, mostrando os erros científicos do texto de seu oponente (22/05/1901, p. 01). O mesmo pode-se dizer do artigo seguinte, *Ainda o Dr. Barreto*, na edição de 27 de maio de 1901, repleto de ironias e ataques pessoais (27/05/1901, p. 01). Em 15 de junho de 1901, Prado ainda respondeu a ataques pessoais do Dr. Barreto no

artigo *As contas e fantasias do Dr. Barreto*. Pouco depois desta edição, porém, o escritor se retiraria para sua fazenda, onde iria morrer vítima de febre amarela.

Os textos de Prado na polêmica com o Dr. Barreto expunham uma visão de nacionalidade favorável à “mistura racial” e contrária à visão que opunha uma natureza exuberante a uma “raça desprezível”. Para Eduardo Prado, o presente do Brasil era fruto de um passado no qual o homem, adaptado através dos “cruzamentos raciais”, conseguira triunfar sobre a natureza hostil.

Desta forma, mesmo diante de um presente no qual Eduardo depositava poucas esperanças, devido ao estabelecimento da República, o passado era visto com otimismo, devido às exitosas mesclas étnicas que haviam permitido uma proveitosa adaptação ao meio. Seu sobrinho, Paulo, no entanto, apesar de manter algumas linhas argumentativas de Eduardo, veria as misturas com menos empolgação, devido à sua defesa de uma tristeza inerente à população brasileira.

Paulo Prado e a “raça triste” dos trópicos

Paulo Prado nasceu em 20 de maio de 1869, em São Paulo. Em vários pontos, sua biografia se confunde com a de seu tio, Eduardo. Também usufruiu do clima intelectual proporcionado pelos encontros de Dona Veridiana, no qual estabeleceu contatos importantes com diversos autores. Graduou-se em Direito em 1889, dias antes do golpe militar de 15 de novembro. Pouco depois, encontrou-se com Eduardo em Paris, colaborando com ele na sucursal europeia do *Jornal do Comércio* (LEVI, 1977, p. 231).

Eduardo foi responsável por várias ligações intelectuais de Paulo. Foi o tio quem lhe apresentou Capistrano de Abreu, quem teria um grande impacto na sua produção histórica. Foi também Eduardo quem lhe apresentou Graça Aranha (1869-1931). “Anos depois, no início da década de 1920, Graça Aranha não só iria intermediar os negócios da família Prado na Europa, como colocará Paulo Prado em contato com os jovens modernistas que ele havia acabado de conhecer” (WALDMAN, 2010, p. 212). Incentivado por este, Paulo deu seu apoio material e intelectual à Semana da Arte Moderna.

Seu destaque nas letras viria, contudo, apenas na década de 1920, quando, segundo Levi, sua evolução literária fora grandemente afetada pela situação política turbulenta daqueles anos. Em 1922 e 1924 ocorreram revoltas no Rio de Janeiro e em São Paulo e, em 1926, seu pai, Antônio Prado, descontente com o *status quo* da República, fundara o Partido Democrático em São Paulo. “Em diversos artigos, intitulados ‘O Momento’, em 1923 e 1924, Paulo identificou a situação política como o maior problema da sociedade brasileira” (LEVI, 1977, p. 234).

Em 1925, fez sua primeira tentativa de interpretação histórica no livro *Paulística: história de São Paulo*. O livro era uma coletânea de diversos textos publicados anteriormente no jornal *O Estado de São Paulo*, nos quais se desenvolveram as primeiras ideias que, mais tarde, estariam em *Retrato do Brasil*. Neste momento, no entanto, Paulo dedicou-se ao regionalismo e aos fatores de formação do paulista.

Paulística mostra algumas aproximações entre Paulo e Eduardo Prado. Segundo Carlos Berriel (2000, p. 135), era de Eduardo a ideia da centralidade do índio na mescla racial que geraria o paulista. Ainda de acordo com Berriel, no esquema de Paulo Prado sobre os processos de formação das “raças” atuavam três fatores principais: a adaptação dos indivíduos imigrados às novas condições de vida que encontram; a transmissão dos caracteres individuais dos primeiros colonos aos seus descendentes, efetivada pela reprodução entre consanguíneos; e a ação niveladora e compensadora dos cruzamentos (BERRIEL, 2000, p. 135). Todos estes argumentos já eram destacados por Eduardo Prado, seja na polêmica anteriormente citada, ou no texto que o mesmo havia escrito para o evento comemorativo do tricentenário de Anchieta, que deveria ter sido realizado em São Paulo, em 1897.

Foi no ensaio *Retrato do Brasil*, porém, que Paulo Prado orientou-se para uma argumentação menos positiva sobre a formação da nacionalidade, que marcaria seu distanciamento de Eduardo, ainda que mantivesse alguns pressupostos básicos das teorias deste. Nesta obra estão condensadas as ideias fundamentais de Paulo sobre os fatores raciais, sociais e culturais constituintes da tristeza brasileira. “No livro, o autor expõe os ‘defeitos’ de formação histórica da sociedade brasileira, o que não impede de defender, de maneira voluntarista no *Post-scriptum*, uma revolução nacional regeneradora” (FERREIRA, 2002, p. 315).

Já na primeira linha fica claro o distanciamento com relação aos pensamentos de seu tio: “numa terra radiosa vive um povo triste” (PRADO, 1981, p. 17). Distante do mestiço forte, da “raça” sadia e adaptada em um ambiente hostil de Eduardo Prado, Paulo expunha um contraste entre terra e homem, que, ainda que diferente daquele produzido por Buckle e Luís Pereira Barreto, mostrava uma incompatibilidade entre a sociedade e o território. O próprio Buckle chega a ser citado por Paulo para explicar o aspecto inusitado do Brasil. Todavia, enquanto o autor inglês afirmava que a tristeza era uma característica das terras frias, o Brasil, para Paulo, era marcado por uma feição triste que se estendia de norte a sul, independente do clima (PRADO, 1981, pp. 93-94).

Os pressupostos defendidos em *Paulística* não foram deixados de lado. Paulo Prado admitia a importância de jesuítas e bandeirantes na formação da nacionalidade, principalmente na promoção da constante fusão entre índios e portugueses (1981, pp. 62-63). Também relembra os esforços necessários para superar o ambiente hostil, seja nos conflitos com os gentios, seja no confronto com a natureza (1981, p. 50). Por outro lado, novamente defendia a importância da mestiçagem para a formação do tipo nacional e, conseqüentemente para o povoamento da América Portuguesa. Todos estes pontos fundamentavam o discurso de Eduardo Prado, como vimos anteriormente.

Entretanto, as conclusões eram diversas. Paulo Prado defendia que o resultado de todas estas interações teria sido a formação de uma “raça triste”. Produto da luxúria e da cobiça, a sociedade seria marcada pela ausência de ideais religiosos ou estéticos e pela falta de preocupação política, intelectual ou artística. Como consequência, no lugar da “raça” triunfante de Eduardo Prado, destacavam-se indivíduos doentes:

Luxúria, cobiça, melancolia. Nos povos, como nos indivíduos, é a sequência de um quadro de psicopatia: abatimento físico e moral, fadiga, insensibilidade, abolia, tristeza. Por sua vez, a tristeza, pelo retardamento das funções vitais, traz o enfraquecimento e altera a oxidação das células, produzindo nova agravação do mal com o seu cortejo de agitações, lamúrias e convulsões violentas. Influência do clima, dos hábitos de vida, da alimentação, ou do bom ou mau funcionamento das glândulas endócrinas, que a ciência começa a estudar? (PRADO, 1981, p. 93)

Desta forma, a leitura psicológica da história brasileira, realizada por Paulo Prado, fundamenta-se em fatores raciais extraídos da biologia, da etnologia e da eugenia, ainda em voga no círculo intelectual brasileiro do período (FERREIRA, 2002, pp. 316-317). A tristeza, resultado das mestiçagens e da cobiça, seria responsável pelo enfraquecimento do homem, gerando uma patologia, responsável pela inferioridade do tipo nacional.

Isto não significa que Prado defendia a desigualdade das raças. Ao contrário, dizia que todas as raças pareciam iguais em capacidade mental e adaptação à civilização (PRADO, 1981, p. 136). Sua argumentação ia, sobretudo, em direção à crítica à influência que a mestiçagem, derivada de relações sexuais desregradas, teria tido na formação do povo, tanto psicologicamente, quanto fisicamente.

Outra questão importante é com relação ao mameluco. Como Eduardo, Paulo acreditava na excelência dos produtos mistos derivados das junções entre índios e brancos. “Com o indígena, a história confirmou a lei biológica da heterose em que o vigor híbrido é, sobretudo, notável nas primeiras gerações” (PRADO, 1981, p. 137). Estas vantagens da mistura com o gentio ficavam evidentes, segundo o autor, na história de São Paulo, argumento que já havia sido desenvolvido em *Paulística*. Entretanto, após várias gerações, tal mistura, no Brasil, mostrava resultados problemáticos. Apesar de oferecer exemplares com certa inteligência, as populações mestiças ofereciam “tal fraqueza física, organismos tão indefesos contra a doença e os vícios, que é uma interrogação natural indagar se esse estado de coisas não provém do intenso cruzamento das raças e sub-raças” (PRADO, 1981, p. 138).

Ao contrário de Eduardo, Paulo analisa com mais detalhes a influência do negro na nacionalidade. Conclui que a escravidão havia tido uma manifestação maléfica sobre a sociedade, análise muito próxima daquela feita por Joaquim Nabuco, em *O Abolicionismo*.

O mal, porém, roia mais fundo. Os escravos eram terríveis elementos de corrupção no seio das famílias. As negras e mulatas viviam na prática de todos os vícios. Desde crianças – diz Vilhena – começavam a corromper os senhores moços e meninas dando-lhes as primeiras lições de libertinagem. Os mulatinhos e crias eram perniciosíssimos. Transformavam as casas, segundo

a expressão consagrada e justa, em verdadeiros antros de depravação. (...) Da promiscuidade surgia toda a sorte de abusos e crimes. Senhores amasiavam-se com escravas, desprezando as esposas legítimas, e em proveito da descendência bastarda; outros não casavam, agarrados ao vício de alguma harpia que os sequestrava, ciumenta e degradante, por uma vida toda; eclesiástico constituíam famílias com negras e mulatas, com inúmeros filhos a quem deixavam em heranças as mais belas propriedades da terra. Os escravos velhos e doentes, porém, jogavam-nos à rua, para mendigarem o sustento. A escravidão, enfim, com todos os seus horrores (PRADO, 1981, p. 103).

Se no primeiro momento de colonização, o índio era responsável por atrair os desejos insólitos do europeu migrado para o Brasil; com o advento da escravidão negra, o africano e seus descendentes tomariam esta posição, mantendo um traço de “hiperestesia sexual” que marcaria o desenvolvimento étnico do brasileiro. Paulo Prado reproduz uma imagem muito comum no século XIX, na qual os escravos e seus descendentes eram tidos como desregrados, com uma vida sexual e familiar patológica, marcada pela devassidão (SLENES, 2011, pp. 142-157). No contato com o branco, a libertinagem africana teria produzido uma situação de desvio moral condenada por Paulo Prado.

Por outro lado, o português também era um tipo defeituoso. Encarando o Brasil como um degredo, só pensava na pátria além-mar (PRADO, 1981, p. 95). Além disto, o encanto inicial com a terra era logo tomado pela realidade de um ambiente hostil, com um clima quente, matas densas, animais ferozes e indígenas ameaçadores. O resultado era que o branco se entregava à lascívia e à ganância, não projetando desejos intelectuais mais profundos. Seu desejo era o de enriquecimento rápido e, em seguida, o retorno a Portugal.

Em suma, a conjunção destes fatores levava a uma civilização assustadoramente deficitária em diversos aspectos.

População sem nome, exausta pela verminose, pelo impaludismo e pela sífilis, tocando dois ou três quilômetros quadrados a cada indivíduo, sem nenhum ou pouco apego ao solo nutridor; país pobre sem o auxílio humano, ou arruinado pela exploração apressada, tumultuária e incompetente de suas

riquezas minerais; cultura agrícola e pastoril limitada e atrasada, não suspeitando das formidáveis possibilidades das suas águas, das suas matas, dos seus campos e praias, povoadores mestiçados, sumindo-se o índio diante do europeu e do negro, para a tirania dos centros litorâneos do mulato e da mulata; clima amolecedor de energias, próprio para a “vida de balanço”; hipertrofia do patriotismo indolente que se contentava em admirar as belezas naturais, “as mais extraordinárias do mundo”, como se fossem obras do homem; ao lado de um entusiasmo fácil, denegrimiento desanimado e estéril; (...) indigência intelectual e artística completa, em atraso secular, reflexo apagado da decadência da mãe-pátria; facilidade de decorar e loquacidade derramada, simulando cultura; vida social nula porque não havia sociedade, com as mulheres reclusas como mouras ou turcas; vida monótona e submissa, sem os encantos que a poetizam, no pavor constante dos recrutamentos forçados: esforço individual logo exausto pela ausência ou pela morte e, como observa Capistrano, manifestações coletivas sempre passageiras, certamente pela falta de cooperação tão própria do antepassado indígena; disseminadas pelos sertões, de Norte a Sul, as virtudes ancestrais: simplicidade lenta na coragem, resignação na humildade, homens sóbrios e desinteressados, doçura das mulheres (PRADO, 1981, p. 109).

Desta forma, todo o cenário histórico pintado por Paulo Prado é de um enorme pessimismo. Ao contrário de Eduardo, que viu no passado a saída para o presente, ao exaltar a formação de uma “raça” forte que soube se destacar e superar os trópicos ameaçadores, Paulo percebe uma conjunção de fatores pouco estimulantes, dentre eles a própria mestiçagem, que resultam em uma sociedade carente em todas as suas instâncias: social, política, intelectual, cultural e econômica. Ao olhar para trás e ver poucas perspectivas, projeta para o porvir suas esperanças, através de uma revolução vindoura. Prende-se, portanto, à “confiança no futuro, que não pode ser pior do que o passado” (PRADO, 1981, p. 153).

Considerações finais

Ao comparar as ideias de Eduardo Prado e Paulo Prado sobre a “raça” brasileira, notamos algumas influências importantes do primeiro sobre o segundo, como a concepção de uma mestiçagem necessária entre índios e brancos para a adaptação ao meio hostil, sobretudo em São Paulo. Porém, não obstante estas continuidades, as

conclusões de ambos os autores foram adversas, destacando o otimismo diante do passado mestiço, de Eduardo, e o pessimismo diante desta história “racial”, por parte de Paulo.

Uma explicação possível para estas diferentes constatações de dois intelectuais da mesma família e que frequentaram os mesmos círculos sociais pode ser o contexto político da produção da obra de cada autor. Eduardo escrevia durante os primeiros anos da República. Monarquista militante, devia exaltar o passado com vista a valorizar a obra portuguesa no Brasil, de onde sairia a instituição monárquica defendida pelo autor. O presente e o futuro republicano, portanto deveriam ser percebidos com desdém. Já Paulo, durante a maior parte de sua vida, não se envolveu em questões político-partidárias, ainda que elas sempre se fizessem presentes em suas relações (WALDMAN, 2010, p. 42). No entanto, na década de 1920, participa da dissensão entre a oligarquia paulista daqueles anos, criticando o governo perrepista de Washington Luís e participando do Partido Democrático de São Paulo, fundado por seu pai. Em vista disto, fica mais à vontade para projetar suas expectativas no futuro, enquanto via no presente uma continuidade dos erros do passado.

Além disto, Eduardo tinha como fundamento de seus argumentos um forte anti-americanismo, que lhe levava a uma aproximação afetiva com a Europa. Por conta disto, exaltava a obra “racial” feita por Portugal no Brasil como marca indelével da autenticidade da nacionalidade, colocada em risco pela influência dos Estados Unidos. Paulo Prado, por outro lado, partindo do mesmo desejo de entender a nacionalidade de Eduardo, mas critica qualquer processo de absorção de cultura estrangeira no Brasil, o que teria levado a sérios danos na formação do brasileiro, carente de vãos próprios e de originalidade, por estar apegado a imitações.

A análise das duas obras também permite perceber como diferentes autores podem ser lidos e apropriados de forma diversa em determinado pensamento intelectual. Os autores racialistas europeus foram lidos e ressignificados de maneiras diferentes por Eduardo e Paulo Prado. Eduardo aproximava-se das hipóteses deterministas, criticando, porém, aquelas teorias que diminuían o homem mestiço do Brasil. Paulo promovia um misto entre influências positivas e negativas da mestiçagem sobre a “raça” brasileira e tendia a acreditar oposição apontada por Buckle entre o homem brasileiro e o meio

ambiente. O mesmo pode ser dito de Capistrano de Abreu, importante referência para os dois autores. Para Eduardo, importava as teorias sobre o desbravamento do território, de Abreu, enquanto para Paulo, interessava as carências da formação nacional que poderiam ser encontradas na obra deste.

Desta forma, a mesma família, os mesmos círculos sociais e as mesmas leituras não foram suficientes para promover pensamentos homogêneos sobre a “raça” nacional e a nacionalidade. Contudo, não obstante o otimismo de Eduardo e o pessimismo de Paulo, seus trabalhos marcaram um esforço da tradicional família Prado em entender os fundamentos da brasilidade. Encontraram as bases da nação na composição “racial”, sobretudo na mestiçagem e buscaram as alternativas para os problemas do Brasil através de uma interpretação da história. Para Eduardo Prado, cabia um retorno ao passado, às raízes “raciais”; para Paulo Prado, era necessário refletir criticamente sobre este passado, para que fosse permitida a projeção de um futuro promissor. Em ambos, as análises histórica e “racial”, em conjunto, promoviam a busca de soluções para o presente.

Referências bibliográficas:

- BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado**. Campinas: Papirus, 2000.
- FERREIRA, Antônio Celso. **A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- LEVI, Darrell E.. **A família Prado**. São Paulo: Cultura 70, 1977.
- MOTTA FILHO, Cândido. **A vida de Eduardo Prado**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.
- LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2009.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PRADO, Eduardo. O Dr. Barreto e a Ciência: caso curioso de intolerância religiosa no século XX. IN: **O Comércio de São Paulo**. São Paulo, 16 de maio de 1901, ano IX, nº 2574.

_____. O Dr. Barreto e a ciência: caso curioso de intolerância religiosa no século XX. IN: **O Comércio de São Paulo**. São Paulo, 19 de maio de 1901, ano IX, nº 2577.

_____. O Dr. Barreto sem ciência. IN: **O Comércio de São Paulo**. São Paulo, 22 de maio de 1901, ano IX, nº 2580.

_____. Ainda o Dr. Barreto. IN: **O Comércio de São Paulo**. São Paulo, 27 de maio de 1901, ano IX, nº 2585.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira**. São Paulo: IBRASA, 1981.

SLENES, Robert W.. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Campinas: Editora UNICAMP, 2011.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WALDMAN, Thaís Chang. **Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições**. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.